



# TAPURAH

## PREFEITURA

### LEI ORDINÁRIA Nº 1.711/2025

De 16 de Julho de 2025.

SUMULA: DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE TAPURAH/MT, DO CENTRO CULTURAL, DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **ALVARO GALVAN**, Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

### DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

**Art. 1º** Fica criado o Sistema Municipal de Cultura - SMC, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil, arts. 215 e 216, e a Lei Orgânica do Município, art. 133, que tem por finalidade promover o desenvolvimento humano, social e econômico, com pleno exercício dos direitos culturais, que visa proporcionar efetivas condições para o exercício da cidadania cultura, estabelecer novos mecanismos de gestão pública das políticas culturais, promoverem a economia da cultura e o aprimoramento artístico-cultural e criar instâncias de efetivas participações de todos os segmentos sociais atuantes no meio cultural em Tapurah.

**Parágrafo único.** O Sistema Municipal de Cultura - SMC integra o Sistema Nacional de Cultura - SNC e se constitui no principal articulador, no âmbito municipal, das políticas públicas de cultura, estabelecendo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil.

### TÍTULO I

#### DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CULTURA

**Art. 2º** A política municipal de cultura estabelece o papel do Poder Público Municipal na gestão da cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados a todos os munícipes e define pressupostos que fundamentam as políticas, programas, projetos e ações formuladas e executadas pela Prefeitura Municipal de Tapurah Mato Grosso, com a participação da sociedade, no campo da cultura.

#### Capítulo I

#### DO PAPEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL NA GESTÃO DA CULTURA

**Art. 3º** A cultura é um direito fundamental do ser humano, devendo o Poder Público Municipal prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.



# TAPURAH

## PREFEITURA

**Art. 4º** A cultura é um importante vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, devendo ser tratada como uma área estratégica para o desenvolvimento sustentável e para a promoção da paz no município.

**Art. 5º** É responsabilidade do Poder Público Municipal, com a participação da sociedade, planejar e fomentar políticas públicas de cultura, assegurar a preservação e promover a valorização do patrimônio cultural material e imaterial do município e estabelecer condições para o desenvolvimento da economia da cultura, considerando em primeiro plano o interesse público e o respeito à diversidade cultural.

**Art. 6º** Cabe ao Poder Público do Município planejar e implementar políticas públicas para:

- I** - Assegurar os meios para o desenvolvimento da cultura como direito de todos os cidadãos, com plena liberdade de expressão e criação;
- II** - Universalizar o acesso aos bens e serviços culturais;
- III** - Contribuir para a construção da cidadania cultural;
- IV** - Reconhecer, proteger, valorizar e promover a diversidade das expressões culturais presentes no município;
- V** - Combater a discriminação e o preconceito de qualquer espécie e natureza;
- VI** - Promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural;
- VII** - Qualificar e garantir a transparência da gestão cultural;
- VIII** - Democratizar os processos decisórios, assegurando a participação e o controle social;
- IX** - Estruturar e regulamentar a economia da cultura, no âmbito local;
- X** - Consolidar a cultura como importante vetor do desenvolvimento sustentável;
- XI** - Intensificar as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais;
- XII** - Contribuir para a promoção da cultura da paz.

**Art. 7º** A atuação do Poder Público Municipal no campo da cultura não se contrapõe ao setor privado, com o qual deve, sempre que possível, desenvolver parcerias e buscar a complementaridade das ações, evitando superposições e desperdícios.

**Art. 8º** A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde e segurança pública.

**Art. 9º** Os planos e projetos de desenvolvimento, na sua formulação e execução, devem sempre considerar os fatores culturais e na sua avaliação uma ampla gama de critérios, que vão da liberdade política, econômica e social às oportunidades individuais de saúde, educação, cultura, produção, criatividade, dignidade pessoal



# **TAPURAH**

## **PREFEITURA**

e respeito aos direitos humanos, conforme indicadores sociais.

**Art. 10** O Sistema Municipal de Cultura observará os seguintes princípios:

- I** - Reconhecimento e valorização da diversidade cultural do município;
- II** - Cooperação entre os agentes públicos e privados atuantes na área da cultura;
- III** - Complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- IV** - Cultura como política pública transversal e qualificadora do desenvolvimento;
- V** - Autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- VI** - Democratização dos processos decisórios e do acesso ao fomento, aos bens e serviço;
- VII** - Integração e interação das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- VIII** - Cultura como direito e valor simbólico, econômico e de cidadania;
- IX** - Liberdade de criação e expressão como elementos indissociáveis do desenvolvimento cultural;
- X** - Territorialização, descentralização e participação como estratégias de gestão.

**Art. 11** O Sistema Municipal de Cultura é constituído pelos seguintes entes orgânicos:

- I** - Secretaria Municipal de Educação E Cultura - Departamento de Cultura;
  - II** - Conselho Municipal de Política Cultural, criado pela Lei Municipal nº 1522/2023, de 14 de junho de 2023;
  - III** - Centro Cultural de Tapurah, localizado na Avenida Paraná, Praça da Juventude Bairro Centro, em Tapurah MT.
  - IV** - Corporação Musical Municipal Bantap;
  - V** - Biblioteca Pública Municipal de, criada pela Lei nº 58, de 06 de junho de 1990;
  - VI** - Fanfarra Municipal do Distrito de Ana Terra;
  - VII** - Projeto piloto Cultura Viva, contendo todas as oficinas culturais existentes ou futuras;
- § 1º** O Sistema Municipal de Cultura contará com os seguintes instrumentos de suporte institucional;

- I** - Plano Municipal de Cultura;
- II** - Fundo Municipal de Incentivo à Cultura;
- III** - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais.

**§ 2º** O Sistema Municipal de Cultura buscará atuar de forma integrada e convergente aos Sistemas Nacional e Estadual de Cultura, potencializando, através destes, o alinhamento das políticas culturais e o provimento de meios para o desenvolvimento do município através da cultura.

**§ 3º** Poderão integrar o Sistema Municipal de Cultura, organismos privados, com ou sem fins lucrativos, com comprovada atuação na área cultural e que venham a celebrar termo de adesão específico.

## **Capítulo II**

### **DOS DIREITOS CULTURAIS**

**Art. 12** Cabe ao Poder Público Municipal garantir a todos os munícipes o pleno



# **TAPURAH**

## **PREFEITURA**

exercício dos direitos culturais, entendidos como:

**I** - O direito à identidade e à diversidade cultural;

**II** - O direito à participação na vida cultural, compreendendo:

a) livre criação e expressão;

b) livre acesso;

c) livre difusão;

d) livre participação nas decisões de política cultural.

**III** - o direito autoral;

**IV** - o direito ao intercâmbio cultural nacional e internacional.

### **Capítulo III**

#### **DA CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DA CULTURA**

**Art. 13** O Poder Público Municipal compreende a concepção tridimensional da cultura - simbólica, cidadã e econômica - como fundamento da política municipal de cultura.

#### **SEÇÃO I**

##### **DA DIMENSÃO SIMBÓLICA DA CULTURA**

**Art. 14** A dimensão simbólica da cultura compreende os bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do município, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade local, conforme o Art. 216 da Constituição Federal.

**Art. 15** Cabe ao Poder Público Municipal promover e proteger as infinitas possibilidades de criação simbólica expressas em modos de vida, crenças, valores, práticas, rituais e identidades.

**Art. 16** A política cultural deve contemplar as expressões que caracterizam a diversidade cultural do Município, abrangendo toda a produção nos campos das culturas populares, eruditas e da indústria cultural.

**Art. 17** Cabe ao Poder Público Municipal promover diálogos interculturais, nos planos local, regional, nacional e internacional, considerando as diferentes concepções de dignidade humana, presentes em todas as culturas, como instrumento de construção da paz, moldada em padrões de coesão, integração e harmonia entre os cidadãos, as comunidades, os grupos sociais, os povos e nações.

#### **SEÇÃO II**

##### **DA DIMENSÃO CIDADÃ DA CULTURA**

**Art. 18** Os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais.

**Art. 19** Cabe ao Poder Público Municipal assegurar o pleno exercício dos direitos



# TAPURAH

## PREFEITURA

culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

**Art. 20** O direito à identidade e à diversidade cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal por meio de políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município, de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero, conforme os Arts. 215 e 216 da Constituição Federal.

**Art. 21** O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado pelo Poder Público Municipal com a garantia da plena liberdade para criar, fruir e difundir a cultura e da não ingerência estatal na vida criativa da sociedade.

**Art. 22** O direito à participação na vida cultural deve ser assegurado igualmente às pessoas com deficiência, que devem ter garantidas condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual.

**Art. 23** O estímulo à participação da sociedade nas decisões de política cultural deve ser efetivado por meio da criação e articulação de conselhos paritários, com os representantes da sociedade democraticamente eleitos pelos respectivos segmentos, bem como, da realização de conferências e da instalação de colegiados, comissões e fóruns.

### SEÇÃO III

#### DA DIMENSÃO ECONÔMICA DA CULTURA

**Art. 24** Cabe ao Poder Público Municipal criar as condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

**Art. 25** O Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

- I- Sistema de produção, materializado em cadeias produtivas, num processo que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo;
- II - Elemento estratégico da economia contemporânea, em que se configura como um dos segmentos mais dinâmicos e importante fator de desenvolvimento econômico e social; e
- III- Conjunto de valores e práticas que têm como referência a identidade e a diversidade cultural dos povos, possibilitando compatibilizar modernização e



# TAPURAH

## PREFEITURA

desenvolvimento humano.

**Art. 26** As políticas públicas no campo da economia da cultura devem entender os bens culturais como portadores de ideias, valores e sentidos que constituem a identidade e a diversidade cultural do município, não restritos ao seu valor mercantil.

**Art. 27** As políticas de fomento à cultura devem ser implementadas de acordo com as especificidades de cada cadeia produtiva.

**Art. 28** O objetivo das políticas públicas de fomento à cultura no Município deve estimular a criação e o desenvolvimento de bens, produtos e serviços e a geração de conhecimentos que sejam compartilhados por todos.

**Art. 29** O Poder Público Municipal deve apoiar os artistas e produtores culturais atuantes no município para que tenham assegurado o direito autoral de suas obras, considerando o direito de acesso à cultura por toda sociedade.

### Capítulo IV

#### DO CENTRO CULTURAL

**Art. 30** Fica criado o Centro Cultural de Tapurah, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Departamento de Cultura, localizado na Avenida Paraná, nº 1100, Bairro Centro, em TAPURAH MT, com a finalidade de promover e incentivar a produção e dinamização das atividades artístico-culturais, sendo um espaço de fruição e criação de bens que contribuem para a formação da identidade cultural de nosso município.

**Art. 31** São objetivos do Centro Cultural:

**I** - Agregar a cultura nas suas mais diversas formas, podendo abrigar espaço para exposições, anfiteatro, biblioteca diversificada, cinemateca, casa do artesão, Conselho Municipal de Política Cultural e outros;

**II** - Reunir pessoas interessadas em cultura, mantendo um constante incentivo, à criação e descoberta da arte, difundindo a cultura entre a população, informando sobre suas mais diversas formas, desde a origem histórica até suas mais novas manifestações, firmando-se como um local aberto à população em geral;

**III** - Desenvolver as diversas áreas das artes: cênicas, musicais, plásticas, literárias e audiovisuais através de oficinas de arte, cursos, palestras, seminários e outros;

**IV** - Descentralizar as atividades artístico-culturais, promovendo eventos e implantando Núcleos de Arte nos bairros e zona rural de nosso município;

**V** - Apoiar as atividades culturais e sociais de outras secretarias e projetos implantados especialmente os de cunho educacional e cultural de atenção integral à criança e ao adolescente;

**VI** - Manter constante diálogo com outras entidades artístico-culturais do município;

**VII** - Realizar eventos que promovam a arte e a cultura em geral, mantendo





# TAPURAH

## PREFEITURA

intercâmbios culturais com outros municípios e entidades afins.

### **Art. 32** Políticas Culturais e Administrativas:

**I** - Todo recurso coletado oriundo da utilização do espaço Centro de Eventos Cultural deverá ser de uso exclusivo reservado ao Fundo Municipal de Incentivo a Cultura, para manutenção dos espaços e eventos internos esporádicos planejados pela equipe de trabalho do Departamento de Cultura e o Conselho Municipal de Política Cultural.

**Parágrafo único.** A administração do Centro de Eventos Cultural será de responsabilidade do Departamento de Cultura e fiscalizada pelo Conselho municipal de Política Cultural.

## **Capítulo V**

### **DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA**

**Art. 33** As atividades e ações de alcance cultural, inerentes a cada organismo integrante do Sistema Municipal de Cultura, deverão ser orientadas e estar compatibilizadas e consubstanciadas no Plano Municipal de Cultura, principal instrumento de gestão da execução de políticas, programas e projetos culturais.

**Art. 34** O Plano Municipal de Cultura, enquanto instrumento de planejamento da ação cultural no âmbito do município, deverá no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de publicação desta Lei, ser elaborado pelo órgão oficial de cultura, com participação das diversas instâncias de consulta.

**Parágrafo único.** O Plano Municipal de Cultura será aprovado pelo Conselho Municipal de Política Cultural e submetido à homologação do Executivo Municipal, através de decreto específico.

## **Capítulo VI**

### **DO FÓRUM MUNICIPAL DE CULTURA**

**Art. 35** O Fórum Municipal de Cultura é um espaço de diálogo, de pactuação e formulação das políticas públicas para cada segmento, sugerindo ações e acompanhando sua execução pelo governo.

**Art. 36** O Conselho Municipal de Política Cultural realizará a cada ano o Fórum Municipal de Cultura, organizado em duas áreas: Arte/Cultura e Patrimônio Cultural.

**§ 1º** Participarão da plenária do Fórum Municipal de Cultura todos os integrantes do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais;

**§ 2º** O Fórum Municipal de Cultura pode ter reuniões extraordinárias quando houver necessidade, mediante convocação do Conselho Municipal de Política Cultural.

**Art. 37** São atribuições do Fórum Municipal de Cultura:



# TAPURAH

## PREFEITURA

**I** - Reunir os diversos segmentos das áreas, conforme definidas no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, para debater questões relacionadas às políticas culturais;

**II** - Propor inclusão de novos segmentos nas áreas temáticas do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais;

**III** - Criar Câmaras Temáticas representativas dos diversos segmentos de cada uma das áreas, de acordo com as demandas do movimento cultural, quando necessário; e

**IV** - Eleger a cada 02 (dois) anos os representantes dos Produtores Culturais e os representantes da Sociedade Civil Organizada para compor o Conselho Municipal de Política Cultural.

**Parágrafo único.** Em cada processo eleitoral, o cadastro só pode ser para se candidatar para representar um segmento ou área.

### Capítulo VII

#### DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA

**Art. 38** A Conferência Municipal de Cultura, promovida e organizada pelo Departamento de Cultura e Conselho Municipal de Política Cultural é a instância máxima de participação e deliberação do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, e com direito apenas a voz todo cidadão inscrito previamente na Conferência.

**Parágrafo único.** A participação com direito a voz e voto se dará com a inscrição no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, efetuadas, pelo menos, 45 (quarenta e cinco) dias antes da data da Conferência.

**Art. 39** São atribuições e competências da Conferência Municipal de Cultura:

**I** - Subsidiar o Município, bem como seus respectivos órgãos gestores da área cultural, propondo e aprovando as diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Cultura, observando quando pertinentes às diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de Cultura, e o Plano Estadual de Cultura;

**II** - Aprovar o Regimento Interno da Conferência no ato da abertura desta;

**III** - Garantir a representatividade setorial presente no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais nas eleições do Conselho Municipal de Política Cultural;

**IV** - Dar legitimidade ao Fórum Municipal de Cultura como instância representativa de entidades, artistas, artesãos, agentes e produtores culturais para compor o Conselho Municipal de Política Cultural;

**V** - Mobilizar a sociedade e os meios de comunicação para a importância da cultura, bem como de suas manifestações, para o desenvolvimento sustentável do município;

**VI** - Facilitar o acesso da sociedade civil aos mecanismos de participação popular, no município, por meio de debates sobre os signos e processos constitutivos da identidade e diversidade cultural;





# TAPURAH

## PREFEITURA

**VII** - Auxiliar o Governo Municipal, subsidiar o Governo Estadual e Federal e consolidar os conceitos de cultura junto aos diversos setores da sociedade;

**VIII** - Identificar e fortalecer a transversalidade da cultura em relação às políticas públicas nos três níveis de governo;

**IX** - Promover a viabilização de informações e conhecimentos estratégicos para a implantação efetiva do Sistema Municipal de Cultura e posteriormente da consolidação com os Sistema Estadual e Nacional de Cultura;

**X** - Avaliar a estrutura e o funcionamento do Sistema Conselho Municipal de Política Cultural levando em consideração os relatórios elaborados pelo mesmo, apresentando modificações, quando forem necessárias;

**IX** - Avaliar a estruturação e a funcionalidade do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais apresentando modificações, quando forem necessárias, considerando os encaminhamentos propostos pelo Conselho Municipal de Política Públicas de Cultura.

**Art. 40** A Conferência Municipal de Cultura é realizada, em caráter ordinário, a cada 02 (dois) anos e, extraordinariamente quando solicitada pelo Departamento de Cultura e o Conselho Municipal de Política Cultural.

**Parágrafo único.** O regulamento de cada Conferência Municipal de Cultura, sua dinâmica e finalidades, são elaborados pelo Departamento de Cultura e aprovado pelo Conselho Municipal de Política Cultural de acordo com o estabelecimento no Sistema Municipal de Cultura.

### CAPÍTULO VIII

#### DO FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA

**Art. 41** Fica instituído o Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, com o objetivo de promover a economia da cultura e fomentar a criação, produção, circulação e memória artístico-cultural, custeando total ou parcialmente projetos e atividades culturais de iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado.

**§ 1º** O Fundo Municipal de Incentivo à Cultura é vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, competindo-lhe prover os meios necessários à sua operacionalização.

**§ 2º** A aplicação de recursos do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura serão exercidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e fiscalizada pelo Conselho Municipal de Política Cultural.

**§ 3º** Os desembolsos de recursos e a prestação de contas do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura serão exercidas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**Art. 42** Constituem-se receitas do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura:

**I** - Transferência à conta do orçamento geral do município;

**II** - Transferências realizadas pelo Estado e pela União;

**III** - Receitas diretamente arrecadada pelas unidades integrantes do Sistema



# TAPURAH

## PREFEITURA

Municipal de Cultura;

**IV** - Contribuições de mantenedores, na forma de regulamento específico;

**V** - Auxílios subvenções e outras contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

**VI** - Doações e legados;

**VII** - Saldos financeiros de exercícios anteriores;

**VIII** - Outros recursos a ele destinados na forma da lei.

**Art. 43** O Regimento do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura, aprovado pelo Conselho municipal de Política Cultural definirá:

**I** - As áreas de enquadramento dos projetos e atividades que poderão ser custeados pelo Fundo Municipal de Incentivo à Cultura;

**II** - Os limites de financiamento;

**III** - Os meios e critérios de acesso e seleção de projetos e atividades;

**IV** - As formas de prestação de contas.

**Parágrafo único.** O Regimento do fundo Municipal de Incentivo à Cultura deverá ser previamente avaliado pelo Conselho Municipal de Política Cultural e Prefeito Municipal de Tapurah.

### Capítulo XI

#### DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS

**Art. 44** Fica criado o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, instrumento de reconhecimento da cidadania cultural e de gestão das políticas municipais de cultura, de caráter normativo, regulador e difusor, que organiza e disponibiliza informações sobre os diversos fazeres culturais do Município, bem como seus espaços e produtores.

**Parágrafo único.** A organização e manutenção do Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais ficam sob a responsabilidade do Departamento de Cultura.

**Art. 45** O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais tem por finalidades:

**I** - Reunir dados sobre a realidade cultural do município, por meio da identificação, registro e mapeamento dos diversos artistas, produtores, técnicos, usuários, profissionais, bem como grupos, entidades e equipamentos culturais existentes;

**II** - Servir de instrumento para a busca por informações culturais e a divulgação da produção cultural local;

**III** - Ser um difusor da produção e do patrimônio cultural do município, facilitando o acesso ao seu potencial e dinamizando a cadeia produtiva;

**IV** - Consolidar informações dos seus integrantes para incentivar a participação nos fóruns deliberativos, nas diversas instâncias do Sistema Municipal de Cultura; e

**V** - Promover cursos de gestão e produção cultural, técnica e artística nas suas diversas áreas.



# TAPURAH

## PREFEITURA

**Art. 46** O Sistema Municipal de informações e Indicadores Culturais, deverá ser organizado de acordo com as áreas temáticas de atuação do Departamento de Cultura e seus respectivos segmentos.

**§ 1º** As áreas temáticas são propostas de modo a tornar o mais abrangente possível área de atuação das atividades, a saber:

I - Arte/Cultura:

- a) Artes plásticas e visuais;
- b) Música;
- c) Artesanato e artes aplicadas;
- d) Artes cênicas;
- e) Literatura;
- f) Audiovisual;
- g) Culturas populares;
- h) Carnaval;
- i) Capoeira;
- j) Artes gráficas;
- k) Agente cultural; e
- l) Produtor cultural

II - Patrimônio Cultural:

- a) Tradições populares;
- b) Arquivos, museus, salas de memória, centros culturais e coleções particulares;
- c) Historiografia, incluindo produções de outros campos do conhecimento: antropologia, geografia, sociologia, entre outros;
- d) Patrimônio material;
- e) Patrimônio imaterial;
- f) Organizações sociais; e
- g) Cidadãos.

**§ 2º** O Fórum Municipal de Cultura, organizado pelo Departamento de Cultura e Conselho Municipal de Política Cultural pode deliberar pela inclusão, exclusão ou fusão de novos segmentos no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais.

**Art. 47** O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, disponibilizado em formato impresso ou digital, tem sua implementação através de ato administrativo do Chefe do Executivo em acordo com o Conselho Municipal de Política Cultural.

Parágrafo único. O Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais tem campos de informações disponíveis para o acesso público e gratuito, e campos de acesso restrito à administração da Secretaria Municipal de Educação Esportes, Lazer e Cultura - Departamento de Cultura e Conselho Municipal de Política Cultural.

**Art. 48** Podem se cadastrar no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais:



# **TAPURAH**

## **PREFEITURA**

- I** - Pessoas físicas residentes em Tapurah, com comprovada atuação na área cultural;
- II** - Agentes culturais comprovadamente atuantes na cidade, residentes em outras cidades, estados e países, que desenvolvam projetos culturais em prol da cidade de Tapurah;
- III** - Pessoas jurídicas legalmente registradas, localizadas e atuantes na área cultural em Tapurah há, no mínimo, 01 (um) ano; e
- IV** - Teatros, salas de cinema, centros culturais, museus, casas de memória, academias ligadas à área de cultura, espaços que comprovem atuação cultural, bens tombados, bibliotecas, "sebos", acervos, escolas de arte, locais de interesse turístico, ateliês e galerias de arte, pontos de exposição e comercialização de artesanato, praças e outros que identifiquem afinidade com a cultura.

**Art. 49** Pessoas físicas ou jurídicas podem se cadastrar em mais de uma área ou segmento.

**Art. 50** Qualquer cidadão pode apresentar junto ao Departamento de Cultura e o Conselho Municipal de Política Cultural impugnação fundamentada sobre pessoa física ou jurídica cadastrada no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, devendo este analisar e tomar decisão.

### **Capítulo X**

### **DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**Art. 51** Caberão às unidades integrantes do Sistema Municipal de Cultura prover os meios necessários ao desenvolvimento de programas de capacitação de Profissionais, através de cursos, palestras, debates e atividades similares.

**Art. 52** O Executivo Municipal regulamentará no que couber esta Lei promovendo, no orçamento vigente, as alterações que se fizerem necessárias.

**Art. 53** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando - se as disposições em contrário.

**Art. 54** Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, ao décimo sexto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.

**ALVARO GALVAN**  
**Prefeito Municipal**